

Fazendários em pauta



Informativo do Sindicato dos Fazendários do Município do Recife nº 12 - dezembro/janeiro2025

Quais projetos irão movimentar o Congresso Nacional em 2025

O ano de 2025 começará acelerado no Congresso Nacional. Há pautas polêmicas como o fim da jornada 6 x 1, tema relevante que vem sendo muito debatido pela sociedade; o Marco Regulatório da Inteligência Artificial etc. Outro debate que está movimentando o Congresso já em dezembro é o projeto de corte de gastos do governo federal e foi aprovado para tramitar em regime de urgência.

Com relação à Reforma Tributária, o presidente da Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Fábio Macêdo, explica que a aprovação do PLP 68/24 é uma parte da regulamentação do IBS. "A próxima etapa terá debates no Senado sobre o PLP 108/24, projeto operativo do novo imposto, mas que pode servir para ajustes no projeto aprovado recentemente".

2025



Split payment é debatido no XXXV Congresso da Fenafim

O presidente Fábio Macêdo e o secretário-geral do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical), João Victor de Araújo, estiveram, durante o congresso, com o



engenheiro Miguel Abuhab. Ele é o criador do "split payment". Trata-se da base tecnológica que deverá ser criada na implementação da Reforma Tributária.

De acordo com especialistas, o "split payment" é uma ferramenta que poderá simplificar a arrecadação de tributos. "Ao vincular cada pagamento à nota fiscal e ao registro contábil correspondente, garante-se que o valor transferido no sistema bancário seja idêntico ao registrado na escrituração fiscal. Isso permite que a arrecadação seja mais dinâmica e precisa, facilitando a segregação imediata do tributo devido, que é diretamente remetido ao fisco, reduzindo as possibilidades de sonegação fiscal e aumentando a eficiência da arrecadação".



Reforma Tributária - Projeto de Lei Complementar: PLP 108/24



Pacote fiscal - Projeto de isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil



Projeto que amplia cotas raciais para 30% em concursos públicos



Fim da jornada 6 dias de trabalho x 1 dia de folga



Marco Regulatório da Inteligência Artificial

Confira os temas que serão debatidos:

Projeto de ajuste fiscal do governo define isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil

Em 2025, o Congresso irá apreciar a proposta para isentar de Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Hoje, o limite de isenção do imposto de renda é de R\$ 2.824.

A proposta, de acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, começará a valer a partir de 2026 e tramitará como projeto de lei complementar. Ele enfatiza que o projeto não terá impacto sobre as contas públicas porque será bancada com a taxa extra de quem ganha mais de R\$ 50 mil mensais.

De acordo com a equipe econômica, o projeto trará benefícios também para quem recebe até R\$ 7,5 mil mensais. A correção da faixa de isenção beneficiará 26 milhões de pessoas.

No seu pronunciamento em cadeia nacional de rádio e de televisão, Haddad disse que a nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. “Quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados”, explicou.

Segundo Haddad, a medida faz parte da segunda etapa da Reforma Tributária. No pronunciamento, o ministro lembrou da Reforma Tributária do consumo, promulgada no ano passado e regulamentada pelo Congresso, trará outros benefícios às classes baixa e média.



“Essa medida, combinada à histórica Reforma Tributária, fará com que grande parte do povo brasileiro não pague nem Imposto de Renda e nem imposto sobre produtos da cesta básica, inclusive a carne. Corrigindo grande parte da inaceitável injustiça tributária, que aprofundava a desigualdade social em nosso país”, acrescentou o ministro.

ARRECADAÇÃO X PERDA

O governo relata que a correção da tabela do IR resultará em uma perda de arrecadação estimada em R\$ 35 bilhões por ano. Para resolver esse problema, o governo lançou o imposto mínimo sobre os mais ricos, que trará o equilíbrio do impacto fiscal da medida.

Conheça como funcionará o Projeto de Lei sobre o Imposto de Renda

Isenção total para quem ganha até R\$ 5 mil mensais



Isenção total de IR por razões de saúde passa a valer para quem recebe até R\$ 20 mil por mês



Quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7,5 mil mensais: crédito tributário aplicado como abatimento no imposto a pagar



Manutenção das regras atuais para quem ganha acima de R\$ 7.500



Gastos com saúde continuarão podendo ser dedutíveis integralmente, incluindo planos de saúde e outros gastos



Reforma Tributária sobre consumo é aprovada e aguarda sanção presidencial

A primeira regulamentação da Reforma Tributária foi aprovada, no dia 17.12, na Câmara Federal. Trata-se do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, do Poder Executivo, que versa sobre consumo. O placar foi de 324 votos a favor contra 123.

O texto havia retornado do Senado com mudanças, mas a Câmara não acatou e retirou alguns trechos. Resultado: bebidas açucaradas entraram no imposto seletivo e foi cancelado o desconto para serviços de saneamento. O texto agora aguarda a sanção presidencial.

O projeto regulamenta a cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo, que substituirão o PIS, a Cofins, o ICMS, o ISS e parcialmente o IPI.

O texto final contém detalhes como a redução ou a isenção de incidência, a devolução de tributos para consumidores de baixa renda (cashback), a compra internacional pela internet etc. A maior mudança no Sistema Tributário será a devolução de tributos a pessoas de baixa renda, que irá beneficiar famílias inscritas no Cadastro Único com renda familiar mensal por pessoa declarada de até 1/2 salário mínimo.



De acordo com o relator, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), o texto alterado pela Câmara beneficia mais a população. "A Reforma Tributária está reduzindo a carga em 0,7% para todos os brasileiros. O texto do Senado aumentou a alíquota. Todas as mudanças que não acatamos foram no sentido de manter a alíquota geral de referência em 26,5%. Optamos, por exemplo, por restabelecer a incidência do Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas, que tem um impacto de 0,07% na alíquota geral", disse.

PEC pelo fim da jornada 6x1 atinge 216 assinaturas e vai tramitar na Câmara em 2025

A proposta de emenda à Constituição (PEC) pelo fim da escala de trabalho 6x1 (seis dias de trabalho por um de folga) foi apoiada por múltiplas bandeiras ideológicas na Câmara Federal e atingiu mais de 171 assinaturas para começar a tramitar. Com 216 assinaturas, a proposição, liderada pela deputada Érika Hilton (Psol-SP), não só propõe o fim da escala, como também quatro dias de trabalho e escala máxima de 36 horas semanais sem perda salarial.

"A alteração proposta à Constituição Federal reflete um movimento global em direção a modelos de trabalho mais flexíveis aos trabalhadores, reconhecendo a necessidade de adaptação às novas realidades do mercado de trabalho e às demandas por melhor qualidade de vida dos trabalhadores e de seus familiares", argumenta a deputada.

O texto terá dificuldades de aprovação no Congresso Nacional, mas a pressão da sociedade nas redes sociais já é uma realidade. Além disso, o fundador do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), Rick Azevedo, informou que a petição on-line de apoio ao fim da jornada 6x1 já chegou a quase 3 milhões de assinaturas.

A PEC tem o apoio de 70% da população brasileira e a

adesão acontece entre pessoas que se dizem de esquerda e de direita, segundo aponta uma pesquisa do Projeto Brief em parceria com a plataforma Swayable. A pesquisa foi divulgada pela jornalista Mônica Bergamo, na Folha de S. Paulo.

Na Câmara, já tramita uma proposta com o mesmo tema. Em 2019, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) apresentou uma PEC. O texto também propõe a redução das 44 horas semanais para 36, respeitado o limite diário de 8 horas. A matéria define que a lei entrará em vigor dez anos após sua aprovação. O prazo no texto de Erika é bem menor: um ano.

No Senado, Paulo Paim (PT-RS) também apresentou PEC pela redução da jornada de trabalho. Atualmente, a proposição está na CCJ sob relatoria de Rogério Carvalho (PT-SE). O texto propõe "duração do trabalho não superior a 8 horas diárias e 36 semanais, facultando a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho".



Projeto que amplia cota racial para 30% em concursos federais tramita na Câmara Federal

O Projeto de Lei 1958/21, do Senado, que reserva às pessoas pretas e pardas, aos indígenas e aos quilombolas 30% das vagas em concursos públicos federais, foi aprovado pela Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados.

Em 2025, as próximas etapas serão as análises pelas Comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Ao final, o projeto será analisado pelo Plenário. No entanto, para virar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

O texto aprovado, do senador Paulo Paim (PT-RS), vai substituir a Lei de Cotas no Serviço Público, que perdeu a vigência em junho de 2024. Anteriormente, a lei previa a reserva de 20% das vagas em concursos públicos para negros.

No projeto, a reserva de 30% beneficiará também indígenas e quilombolas. Será aplicada sempre que forem ofertadas duas ou mais vagas ou quando surgirem outras durante a validade do concurso.

A nova regra de cotas será aplicada nas seguintes instituições: administração pública direta, autarquias, fundações, empresas e sociedades de economia mista controladas pela União, incluindo os processos seletivos simplificados. O texto prevê uma revisão da política após dez anos.



A deputada Carol Dartora (PT-PR) explica que a lei é uma oportunidade de reparação histórica das desigualdades estruturais no País

A relatora, deputada Carol Dartora (PT-PR), disse que a inclusão representa um avanço para a superação do racismo e das desigualdades estruturais no País. “Assim como a população negra, a população indígena também deve ser beneficiária de políticas de reparação histórica pelas violências sofridas, muitas vezes pelo próprio Estado”, afirmou.

Confira como funcionará a autodeclaração de raça

PRETAS E PARDAS - Serão consideradas pretas ou pardas as pessoas que assim se autodeclararem. Deverá ter um processo de confirmação padronizado nacionalmente, com garantia de recursos e exigência de decisão unânime do colegiado responsável.

INDÍGENAS - Serão definidas indígenas as pessoas que se identificarem como parte de uma coletividade indígena e forem reconhecidas por ela, mesmo que não vivam em território indígena.

QUILOMBOLAS – Serão considerados quilombolas aqueles que se identificarem como pertencentes a algum grupo étnico-racial, com trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra.



Senado aprova marco regulatório para inteligência artificial e projeto segue para a Câmara Federal

O Senado aprovou regras para um marco regulatório da inteligência artificial no Brasil. O foco exclusivo do projeto é o uso comercial da tecnologia. Não estão previstos no texto o uso privado (quando a pessoa usa para o próprio consumo); para objetivos de defesa nacional ou para testes de sistemas de IA que ainda não entraram no mercado.

Rodrigo Pacheco (PSD-MG) atuou intensamente para a aprovação da matéria, já que seu mandato como presidente da Casa Legislativa acaba em fevereiro de 2025. O texto foi relatado por Eduardo Gomes (PL-TO).

O projeto prevê que sistemas de inteligência artificial deverão ser identificados com um símbolo para que usuários saibam que estão interagindo com uma “ferramenta inumana”.

Um dos temas polêmicos do texto foi a “permissão da identificação biométrica à distância, em tempo real, em locais públicos, para captura de fugitivos, cumprimento de mandados de prisão e flagrante de crimes com pena de mais de dois anos de prisão”. A questão é que entidades civis apontam questões discriminatórias da tecnologia, que poderá atingir especialmente a população negra. O projeto ainda “autoriza o uso da tecnologia para contribuir com investigações, desde que com autorização da Justiça, e buscar vítimas de crimes e pessoas desaparecidas”.



O Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) defende melhorias do projeto durante a tramitação na Câmara dos Deputados em 2025. Em nota, o instituto lamentou que “o texto aprovado no Senado deixa a desejar ao não abordar adequadamente questões centrais enfrentadas pelos consumidores brasileiros, como golpes e fraudes digitais, a proteção de crianças e adolescentes, os riscos associados ao reconhecimento facial e as desigualdades amplificadas pelo score de crédito.”

Proteção de direitos autorais entrou no projeto de IA

Os senadores inseriram no texto a proteção dos direitos autorais dos criadores de conteúdo e obras artísticas. O texto prevê que o uso de conteúdos protegidos por direitos autorais em processos de mineração, treinamento e desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial, disponibilizados comercialmente, dará direito de remuneração aos titulares dos respectivos direitos.

Está previsto que “o uso de imagem e de voz de pessoas por sistemas de IA deverá respeitar os direitos da personalidade, conforme previstos no Código Civil”. Na prática, significa que qualquer utilização desse material precisa de consentimento prévio e não pode causar danos à honra, à reputação ou à intimidade das pessoas. A violação dessas garantias pode resultar em ações judiciais e pedidos de indenização, dizem especialistas em Direito Digital



Artistas foram ao Senado para debater as regras para direitos autorais no projeto de IA - Foto: Jonas Pereira/Agência Senado

Auditores auxiliam comunidades em situação de vulnerabilidade social

Um grupo de Auditores e o Projeto Auditor Cidadão, ambos formados por servidores da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife, auxiliaram em 2024 diversas instituições que atuam com pessoas em situação de vulnerabilidade social. “No nosso projeto da Prefeitura arrecadamos R\$ 93.658,00 este ano e distribuímos 2284 cestas”, relata Luiz Marcos.

O grupo de auditores beneficiou as seguintes instituições: Grupo Humanizar, Obras da Paróquia Nossa Senhora da Pompeia; Comunidade do Pilar (assistida pela Igreja Madre de Deus); Educavida; Gestos; Sempre Viva; Ação Solidária no Sertão; Obras do Centro Espírita Bezerra de Menezes e Obras da Igreja Evangélica Batista de Casa amarela (população em situação de rua), entre outras.

Já o Projeto Auditor Cidadão arrecadou R\$ 38.670,67, segundo Karla da Fonte, e beneficiou as seguintes entidades: Projeto Dois pães e um pingado; doações para os atingidos pelas enchentes no Sul (por meio da Associação de Auditores Fiscais de Porto Alegre); Instituto Transviver; Creche Chafariz (Morro da Conceição), Comunidade do Ipsep; Escola Nossa Senhora do Pilar e Comunidade Dancing Days.



EXPEDIENTE

Fazendários em Pauta

Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - **Afrem Sindical**
Edição: **dezembro/2024-Janeiro/2025**

📍 Rua Professor Andrade Bezerra, 64, Parnamirim, Recife-PE, CEP: 52.060-270

📞 Fones: 3441-6044 / 99756-0826

🌐 www.afremsindical.org.br
✉ afremsindical@afremsindical.org.br
📱 @afremsindical

Diretoria Executiva Biênio: 2024/2025
Presidente: **Fábio Macêdo**
Secretário-geral: **João Victor**
Dir. de Assuntos Sindicais: **Manfredo Sarda**
Dir. Social: **Jéssica Lorena**

Diretor de Aposentados: **José Anchieta**
Dir. Administrativo-Financeiro: **Luiz Ferreira**
Suplentes: **Antônio Gomes e Hélio Max**

Jornalista responsável e edição: **Andréa Pessoa**
e-mail: andrea.pessoa14@gmail.com
Projeto gráfico e diagramação: **Alexandre Oliveira**
e-mail: alexandre@afrem.org.br

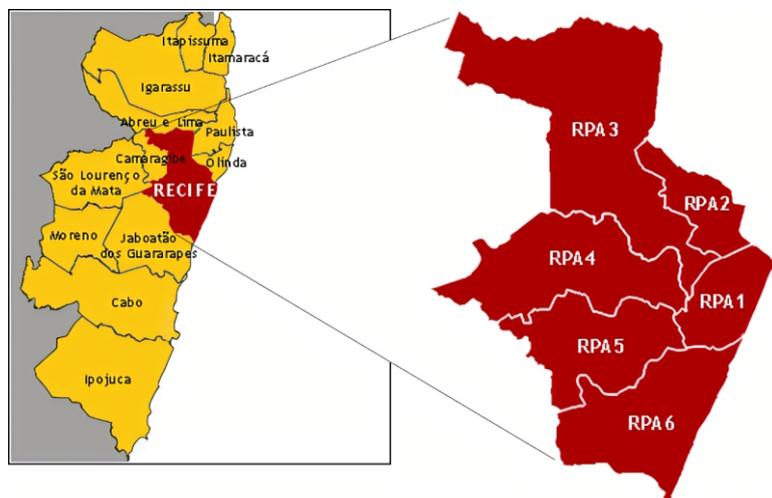
Você sabe qual o bairro mais populoso do Recife?

Recife é uma capital com 1.488.920 habitantes, segundo os dados do censo divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com crescimento acelerado e com habitações que escancaram a desigualdade social, a capital pernambucana tem 94 bairros. Você saberia qual bairro é o mais populoso?

O bairro de Boa Viagem, na Zona Sul do Recife, é o mais populoso, com 125.805 habitantes. Ganha disparado para o segundo lugar, que é a Várzea, na Zona Oeste, que registrou 70.946 habitantes. Na sequência, estão os bairros da Cohab (62.632 habitantes) e Imbiribeira (52.158), na Zona Sul; e da Iputinga (49.944), na Zona Oeste.

Boa Viagem tem o maior número de idosos, com um total de 31.320 pessoas. Possui, ainda, 28.921 pessoas menores de 18 anos; e 42.942 jovens até 29 anos.

A ocupação populacional do Recife é desigual de acordo com os dados do censo. A pesquisa sobre a distribuição da população no território da cidade indica que as regiões mais populosas são a Zona Sul e a Zona Oeste do Recife. Já a região menos ocupada é a área central da cidade.



MENOS POPULOSO - E você saberia qual o bairro menos populoso do Recife? É o bairro de Pau Ferro, na Zona Norte do Recife, com apenas 89 habitantes. Ele é seguido pelos bairros de Santo Antônio (447 pessoas), do Recife (541 moradores), Paissandu (568) e Ilha do Leite (990) - todos na região central do município.

Conheça os 25 bairros mais populosos do Recife

Bairro	População	Bairro	População
Boa Viagem	125.805	Barro	30.565
Várzea	70.946	Jardim São Paulo	29.996
Cohab	62.632	Pina	29.195
Imbiribeira	52.158	Nova Descoberta	28.697
Iputinga	49.944	Santo Amaro	27.103
Ibura	45.448	Areias	26.740
Água Fria	39.012	Vasco da Gama	26.631
Cordeiro	37.660	Madalena	25.832
Casa Amarela	32.450	Passarinho	24.306
Campo Grande	31.783	San Martin	23.074
Afogados	31.457	Torre	20.872
Dois Unidos	31.437	Ipsep	20.610
Torrões	31.130		

Fonte: Censo 2022/IBGE



Confraternização Natalina do Sindicato dos Fazendários do Recife é animada por 2 bandas



Com uma visão privilegiada do pôr do sol do Recife, cerca de 170 pessoas participaram da Confraternização Natalina do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical), no dia 6/12, no Catamaran.

Estiveram presentes a secretária de Finanças do Recife, Maíra Fischer; o vereador Carlos Muniz; e o secretário executivo de Operações e Gestão da Secretaria de Política Urbana e Licenciamento (SEPUL), João Batista. Toda a diretoria do Afrem Sindical prestigiou o evento: o presidente, Fábio Macêdo; o secretário-geral, João Victor; e os diretores Luiz Ferreira, Jéssica Lorena, Manfredo Sarda e José Anchieta. Os shows das Bandas Chumbago e Ju Moura animaram as sete horas de festa.

